A AUTONOMIA DAS MULHERES NAS RELAÇÕES DE GÊNERO: DESIGUALDADES, REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO DE GÊNERO NA SOCIEDADE MULTICULTURAL BRASILEIRA¹

Nadja Caroline Hendges².

¹ O estudo é um extrato do projeto de Dissertação de Mestrado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Santo Ângelo, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação strictu sensu – Mestrado em Direito.

² Mestranda do Programa de Pós Graduação strictu sensu da Universidade Regional Integrada do alto Uruguai e das Missões URI Campus de Santo Ângelo - Linha I: Direito e Multiculturalismo.

RESUMO

O tema envolvendo desigualdades nas relações de gênero está em voga atualmente, tornando-se importante estudar como essas desigualdades surgiram e se perpetuam ao longo dos tempos, sendo essa parte de uma construção histórica, social e cultural, onde o patriarcado tem contribuído muito para tal situação. Porém, as mulheres sempre encontraram formas de resistir as desigualdades, violências e negligências da história, principalmente através dos movimentos feministas que têm contribuído para uma maior participação política, na autonomia, no emponderamento e nos direitos de cidadania das mulheres brasileiras. Por fim, faz-se necessário traçar alguns de encontro entre essas teorias de Redistribuição e Reconhecimento a fim de observar de que maneira elas podem vir a contribuir para uma maior equidade nas relações de gênero. A metodologia utilizada foi modo de análise dedutivo, além da análise histórica-antropológica, social-cultural e jurídica.

Palavras-Chave: Autonomia das Mulheres; Relações de Gênero; Desigualdades; Redistribuição; Reconhecimento; Sociedade Multicultural Brasileira.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo irá abordar a autonomia das mulheres nas relações de gênero, bem como as desigualdades nessas relações e as formas solução através das teorias de redistribuição e reconhecimento de gênero na sociedade multicultural brasileira. Para tanto, partindo do pressuposto de que nem sempre existiram as desigualdades entre gêneros na história da humanidade, tendo sido essa uma construção histórica e cultural, com a contribuição do patriarcado para a exclusão e submissão das mulheres na sociedade. Porém, as mulheres sempre encontraram formas de resistir a tal situação lutando por seus direitos à identidade e autonomia. Dessa forma, tentará se esclarecer como ocorre o processo de construção das desigualdades de gênero e, de que forma a redistribuição e o reconhecimento de gênero influenciam na construção da autonomia das mulheres na sociedade multicultural brasileira.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

Para tentar explicar como surgiram as desigualdades nas relações de gênero, num primeiro momento do trabalho, faz-se necessário uma retomada histórica sobre as mulheres. Lembrando que as desigualdades nas relações de gênero nem sempre existiram na história da humanidade, e foram construídas através da cultura, da religião, da economia, entre outros fatores. Portanto, tentará se estabelecer de que forma tais desigualdades surgiram e demonstrar que as desigualdades nas relações de gênero não são fatos naturais e sim naturalizados ao longo dos tempos. Para tanto, as mulheres sempre lutaram para amenizar tal situação de desigualdade e para que seus direitos de cidadania pudessem ser efetivados em nosso ordenamento jurídico, principalmente através dos movimentos feministas.

Por fim, a pesquisa irá abordar a contribuição das teorias de reconhecimento e redistribuição de Axel Honneth e Nancy Fraser, o objetivo principal deste trabalho é traçar alguns pontos de encontro entre essas teorias e observar de que maneira elas podem vir a contribuir para uma maior equidade nas relações de gênero, buscando aplicar essas teorias ao caso brasileiro, através da demonstração de algumas ações afirmativas a exemplo do “Programa Bolsa Família”, que têm contribuído para o aumento do status da mulher brasileira, além de equiparar seus direitos de cidadania anteriormente negados ou negligenciados pela sociedade e pelo poder instituído. Além de outras formas que possam afastar tais desigualdades entre os gêneros, como acesso a programas de fomento e acesso à informação e educação para as mulheres brasileiras.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa, o modo de análise será prioritariamente dedutivo, optando-se por esta diretriz na medida em que o raciocínio dedutivo caracteriza-se pela lógica de aprofundamento a partir de um princípio geral e, com base neste, o esboço de algumas conclusões peculiares. Além da análise histórica-antropológica, social-cultural e jurídica.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Se faz importante analisar as relações de gênero no início da humanidade, bem como as desigualdades geradas, como uma construção cultural do processo histórico. A história das mulheres tem um começo muito marcante e um meio cheio de lutas e conquistas, que por sua vez, estão longe de chegar a um fim. Assim, pode-se afirmar que a história das mulheres começa a se desenvolver, sob um novo olhar, a partir de estudos avançados dos primórdios da civilização. Conforme pondera Eisler a história das mulheres começa a ser vista de uma nova forma através de milhares de anos, ou seja, “[...] à cerca de 20 mil anos atrás, a ‘pré-história’. Mais precisamente os Períodos paleolítico e neolítico” (EISLER, 2007. p. 39). Sendo assim, o presente trabalho irá iniciar suas buscas para entender como conviviam homens e mulheres no início da humanidade, a partir de descobertas e leituras da arqueologia e antropologia.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

Muitas descobertas reveladoras sobre o passado das mulheres foram feitas através de escavações em que foram encontradas várias esculturas primitivas de mulheres esculpidas em formas generosas, bastante distintas dos padrões de hoje. Em conformidade com os ensinamentos de Eisler, estas estatuetas eram conhecidas como as “Vênus”, em sua maioria, esculpidas à imagem de mulheres grávidas eram talhadas em pedra e retratavam os cotidianos das civilizações pré históricas, época em que as mulheres eram exaltadas pelo seu “poder de gerar a vida” (EISLER, 2007. p. 39).

As desigualdades ainda estão longe de acabar e as mulheres ainda têm muitos direitos para serem conquistados. Nem sempre existiram desigualdades, estas foram construídas no decorrer da história, conforme já mencionado, sofrendo influências culturais, sociais e econômicas. Porém, estas desigualdades foram sendo mais acentuadas através da grande contribuição do “patriarcado”, que propiciou uma enorme exclusão e submissão das mulheres em todo o mundo, permanecendo fortemente nos dias atuais, tema este que envolve poder e dominação de forma objetiva e subjetiva, transformando-se em leis e normas jurídicas.

As mulheres não aceitaram a dominação e exploração imposta pelo patriarcado e, encontraram várias formas de resistir, sendo que o feminismo teve um papel muito importante. O movimento feminista apresenta várias faces diante das várias formas de desigualdades sofridas pelas mulheres ao longo dos anos, bem como da exploração-dominação construída pelo patriarcado e arraigada até os dias de hoje. Além da resistência das mulheres as mais variadas formas de opressão, estas lutaram pela construção de sua autonomia contando muito com o apoio nos movimentos feministas.

O movimento feminista teve início nos Estados Unidos da América e na Europa, e se espalhou pelo mundo, chegando ao Brasil principalmente nas décadas de 1960 e 1970. Segundo Pinto, “[...] o cenário no Brasil nesta época era completamente outro, passando pelo golpe militar de 1964 que foi marcado pela censura, tortura e exílio” (PINTO, 2003. p. 42-43). Esta fase política que o Brasil estava enfrentando explicaria mais tarde o surgimento do movimento feminista no Brasil. Estes países, como os Estados Unidos da América e países da Europa, passavam por um processo de industrialização que propiciou um aumento da demanda de mulheres no mercado de trabalho. As mulheres invadiram o mundo público, apesar de nunca terem abandonado o espaço privado e, sob a forte influência que patriarcado, ainda exercia sobre a sociedade. Este fator acarretou em um avanço para os debates sobre as questões feministas: “[...] foi este mesmo contato com o mundo externo e com as discriminações de sexo que serviu de mola propulsora para a conscientização feminista” (ALVES, 1980, p. 183).

Ao se tratar de autonomia e emponderamento das mulheres cabe ressaltar que estas procuraram sempre se unir em prol de objetivos comuns, a exemplo do movimento feminista e de outros movimentos com caráter emancipatório das mulheres. Para tanto a importância dos movimentos feministas, que tem auxiliado a formar um campo fértil para as mulheres, “[...] el feminismo há creado la clave civilizatória de género: vivir com autonomia y libertad em solidaridad” (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2012. p. 172).

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

Existem duas teorias capazes de contribuir para os estudos da autonomia das mulheres: a teoria da redistribuição econômica, de Nancy Fraser e, a teoria do reconhecimento identitário, de Axel Honneth. Fraser trabalha com a teoria da redistribuição econômica como forma de reconhecimento social, sendo assim, não descarta a teoria de reconhecimento identitário de Honneth, porém vai mais além, tentando trabalhar ambas as teorias de forma conjunta para garantir o reconhecimento e a efetividade de direitos sociais de grupos minoritários, a exemplo de grupos étnicos e de conquistas de gênero, que, segundo a autora são os mais vulneráveis à carência socioeconômica e à ambivalência que pressupõe uma necessidade da aplicação de ambas as teorias mencionadas, as teorias de redistribuição e reconhecimento (FRASER, 2001. p. 245). Através das teorias de Honneth pode-se chegar à conclusão de que para que haja reconhecimento recíproco entre as pessoas, bem como o reconhecimento jurídico deve haver outro conceito preconizado pelo autor que pode ser observado através de cada pessoa, de forma individual e positiva e que se denomina como “auto respeito” (HONNETH, 2003, p. 197).

Retomando as teorias de Fraser e Honneth sobre redistribuição e reconhecimento, pretende-se pautar a contribuição de tais teorias aplicada ao caso brasileiro. Da mesma forma quais os desafios e as perspectivas para uma sociedade mais equitativa no que tange às relações de gênero, bem como na busca por maiores direitos de cidadania das mulheres brasileiras. Um caso típico de luta por reconhecimento e redistribuição através de uma política afirmativa é o “Programa Bolsa Família”, que tem contribuído para o emponderamento, a autonomia e o aumento de status social das mulheres brasileiras. Isto ocorre, principalmente, porque o grande diferencial do referido benefício está na forma que este é repassado, neste caso, às mulheres.

CONCLUSÃO

As desigualdades nas relações de gênero são partes de uma construção social, cultural, econômica, religiosa, dentre outras. Porém, as mulheres se uniram, sempre encontrando formas de resistir a todos os tipos de preconceitos, opressão e violências principalmente através da contribuição dos movimentos feministas. Para tanto, na tentativa de achar novas formas de solução para os conflitos de gênero, tentou-se traçar de forma breve a contribuição das teorias de redistribuição e reconhecimento trazendo novas formas de diálogos de construção de cidadania e de direitos equitativos para as mulheres.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

EISLER, Riane. O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro. São Paulo: Palas Athena, 2007.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

FRASER, Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista, in: SOUZA, Jessé (org.) Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed.UnB, 2001.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. El Feminismo em mi vida. Hitos, claves y topías. Instituto de las Mujeres de La Ciudad de Mexico. Ciudad Del Mexico, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOUZA, Valquíria Alencar de. Um olhar de gênero nas temáticas sociais. João Pessoa: Idéia, 1997.